

**Da crise ambiental à construção de um projeto de desenvolvimento rural**

From socio-environmental crisis to the construction of a rural development project

MELLO, Márcio A. EPAGRI, PGDR/UFRGS, [marcio@epagri.sc.gov.br](mailto:marcio@epagri.sc.gov.br); MARQUES, Flávia C. PGDR/UFRGS, [flavia.marques@ufrgs.br](mailto:flavia.marques@ufrgs.br)

**Resumo:** O modelo de desenvolvimento centrado na modernização e integração da agricultura às grandes agroindústrias gerou, no Oeste do Estado de Santa Catarina, região sul do Brasil, uma crise socioambiental. Em resposta à crise é implementado pelo Estado, em 2003, o “Projeto Microbacias 2”, prevendo ações promotoras do ‘desenvolvimento rural sustentável’. A análise, com base no enfoque construcionista da Sociologia Ambiental, permitiu identificar que as ações previstas não mostram evidências claras de contestação ao modelo causador da crise, no entanto, há avanços no campo democrático, assim como, criação de espaços de reflexão, debate, elaboração de subpolíticas e construção de capital social.

**Palavras chave:** sustentabilidade, construcionismo social, Santa Catarina.

**Abstract:** The development path oriented by modernization and integration of agriculture to big agroindustries generated a socio-environmental crisis in the West of the Santa Catarina State, south region of Brazil. In response to the crisis, it was implemented, by the State, the project “*Microbacias 2*” to promote actions toward ‘sustainable agricultural development’. The analysis, based on the constructionist approach from Environmental Sociology, allowed to identify that the planned actions don’t show clear evidences of overcoming the development model responsible for the crisis. However, the project has promoted advances in democratic field, as well as spaces of reflection and debates, besides the construction of subpolitics and social capital.

**Key words:** sustainability, social constructionism, Santa Catarina.

### **Introdução**

Recentes pesquisas têm ressaltado que o Oeste do Estado de Santa Catarina, região sul do Brasil, enfrenta uma crise que é, ao mesmo tempo, econômica, social e ambiental, cujos resultados se refletem no empobrecimento da população rural, no êxodo rural, na poluição do solo e da água e nas dificuldades de reprodução social da agricultura familiar. A crise resulta, em grande parte, do modelo de desenvolvimento centrado na modernização e integração da agricultura às grandes agroindústrias.

É neste contexto que, de 1991 a 1999, o Estado implementa o “Projeto de Recuperação, Conservação e Manejo dos Recursos Naturais em Microbacias Hidrográficas no Estado de Santa Catarina”. A avaliação positiva do projeto, sobretudo no que diz respeito aos aspectos ambientais, suscita a implantação, em 2003, do “Projeto Microbacias 2”, objetivando promover o desenvolvimento rural ‘sustentável’<sup>1</sup> com enfoque ampliado para os campos econômico, social, além do ambiental. O projeto tem duração prevista de seis anos, assim, considerando importante seu acompanhamento durante a execução, o presente trabalho faz uma análise a partir do

enfoque construcionista da Sociologia Ambiental. Essa perspectiva permite analisar como os problemas ambientais são montados, apresentados e contestados, reconhecendo a definição, negociação e legitimação de problemas e soluções como resultados da dinâmica social. O construcionismo, como demonstra HANNIGAN (1997), não é útil apenas como uma instância teórica, mas também como uma ferramenta analítica ou mesmo como orientação das estratégias de ação.

### **Do desenvolvimento agrícola à crise ambiental**

Até o início da década de 1980, no Oeste de Santa Catarina havia uma relativa convergência nos interesses das agroindústrias, dos agricultores mais capitalizados e do Estado, o que resultou em um processo de desenvolvimento centrado na intensificação da produção agrícola, na articulação e integração da agricultura familiar com as agroindústrias de suínos e aves. Enquanto os agricultores buscavam inserção no mercado, as agroindústrias voltavam seus esforços para a ampliação horizontal da produção, inserindo no ciclo comercial o maior número possível de agricultores. Ao Estado cabia coordenar e facilitar esse processo, principalmente, pela disponibilização de crédito agrícola e assistência técnica aos agricultores; e de incentivos fiscais e crédito subsidiado às agroindústrias. Desta forma, a suinocultura firmou-se como a principal atividade mercantil da maioria das unidades familiares, contudo, mantiveram características de produção diversificada. Este modelo de produção foi denominado por TESTA *et al.* (1996) como *policultura hierarquicamente subordinada à suinocultura* por contemplar sistemas de produção de milho, feijão e soja de modo complementar à produção de suíno.

A partir de 1980 as agroindústrias buscaram especialização e aumento na escala de produção de suínos, havendo uma seleção de produtores. A maior parte abandona a atividade, entre 1980 e 1995, 47 mil famílias deixam a produção comercial de suínos. (TESTA *et al.* 1996). Essa reestruturação produtiva, também, concentrou especialmente a produção de suínos, causando poluição ambiental pelo excesso de dejetos. Além disso, SILVESTRO *et al.* (2001) destacam outros fatores agravantes: o esgotamento dos recursos naturais; a queda do preço das *commodities* tradicionalmente produzidas na região e a escassez de terras aptas para cultivos anuais. Todos esses elementos geraram um quadro de descapitalização de grande parcela das unidades familiares, diminuindo oportunidades de trabalho e intensificando o êxodo rural. Tais conseqüências fragilizam dois dos principais pilares que servem de base para o desenvolvimento rural: o capital

social e a qualidade ambiental. Entretanto, havia certo consenso entre os atores regionais de que este modelo de desenvolvimento agrícola conduziria ao desenvolvimento rural e ao bem-estar da população, constituindo um ambiente socioinstitucional que MARSDEN (2003) denomina de *institucionalização da insustentabilidade*. Estes são os contornos fundamentais do contexto de crise onde o Projeto Microbacias 2 se inseriu, propondo ações para promoção de melhorias.

### **Projeto microbacias 2: Uma construção social de desenvolvimento rural?**

Com a análise de documentos oficiais relativos ao “Projeto Microbacias 2”, bem como a reflexão sobre o processo que levou a sua elaboração e implementação, pode-se identificar algumas ambigüidades que podem comprometer a eficácia de suas ações. O desenvolvimento rural sustentável que aparece como objetivo máximo do projeto, muitas vezes tem sua concepção e os meios para atingi-lo estabelecidos de forma muito ampla e genérica. Por exemplo, quando apontado que uma das principais fontes de poluição é o uso de agrotóxicos, as ações prevêm apenas uma “menor contaminação ambiental causada por agrotóxico”. Embora haja o reconhecimento de que a população rural está em desarmonia com a sociedade e com a natureza, praticamente, não há referência às causas dessa situação, assim, as ações preconizadas pouco avançam além do ‘paliativo’. Há manifestações no sentido de trabalhar conjuntamente dimensões econômicas, sociais e ambientais, entretanto, há evidências de que as ações não estão sustentadas por concepções contestadoras do modelo de desenvolvimento.

Por outro lado, a ativa implementação do projeto pode ser entendida como uma trajetória de busca de soluções para ‘problemas ambientais’, uma vez que reúne reivindicações ambientais, chama a atenção para a legitimidade das exigências apresentadas e propõe esforços traduzidos em ações práticas que buscam atender as exigências (HANNIGAN, 1997). Também, é possível identificar que há uma contribuição para uma *radicalização democrática* (NAVARRO, 2002), pois são preconizados a intensificação da participação social e o aperfeiçoamento da “governança” local, inclusive, com ações de capacitação dos atores através de um programa que busca valorizar o saber e as experiências das populações locais, considerando heterogeneidades socioeconômicas. Neste sentido, se identifica um enraizamento de uma *subpolítica*, ou seja, espaço privilegiado para o debate político, distinto do sistema político oficial por envolver atores de fora dessa esfera (BECK, 1997). Com isto, é possível identificar potencialidades que podem fortalecer bases para

o desenvolvimento rural sustentável: avanços no campo democrático; criação de espaço de reflexão, debate e elaboração de subpolíticas e construção de capital social.

### **Considerações finais**

O “Projeto Microbacias 2”, implementado no Oeste de Santa Catarina, desenvolve ações com o intuito de reverter a crise socioambiental identificada na região, através da promoção do desenvolvimento rural sustentável. Entretanto, as ações previstas não mostram evidências claras de contestação do modelo de desenvolvimento causador da crise. Todavia, o Projeto reúne satisfatoriamente elementos necessários para dar visibilidade aos fatores que dificultam a promoção do desenvolvimento rural e, assim, disputar a atenção pública, criar espaços de debate e angariar o necessário apoio político para encaminhar soluções.

### **Notas**

1. Considera-se que a noção de desenvolvimento rural sustentável está relacionada à finitude dos recursos naturais e às injustiças sociais provocada pelo modelo de desenvolvimento vigente, entretanto, admite-se que há uma polarização de concepções; uma que é elaborada a partir da idéia de uma ‘crise de mercado’ e outra que questiona o próprio modelo de desenvolvimento em suas dimensões econômicas, sociais e ambientais (ALMEIDA, 1997, p.43).

### **Referências Bibliográficas**

- ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J. e NAVARRO, Z. (Orgs.). Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1997.p. 33- 55.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A. e LASH, S. (Orgs.). Modernização reflexiva. São Paulo: Editora da Unesp, 1997. p. 11-72.
- HANNIGAN, J. A. Sociologia ambiental: a formação de uma perspectiva social. Lisboa: Piaget, 1997.
- MARSDEN, T. The condition of rural sustainability. Assen: Van Gorcum, 2003. 267 p.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos futuros. Estudos Avançados, v. 16, n. 44, p. , 2002.
- SILVESTRO, M. L.; MELLO, M. A.; DORIGON, C. A agricultura familiar do Oeste catarinense: repensando novas possibilidades. Agropecuária Catarinense, v.14, n.2, p. 41-44, 2001.
- TESTA, V. M. *et al.* O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense (Proposta para discussão). Florianópolis: EPAGRI, 1996. 247p.